

**BRASKEM S.A**  
**C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70**  
**NIRE 29300006939**  
**COMPANHIA ABERTA**  
**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 15.06.2004**

**1 - DATA:** 15.06.2004. **2 - HORA:** às 14:00 horas. **3 - CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, consoante o art. 124 da Lei nº 6.404/76, nas edições dos dias 28, 29/30 de maio de 2004 e 01 de junho de 2004 do "Diário Oficial do Estado da Bahia", nas edições dos dias 28, 29 e 31 de maio de 2004 do jornal "A Tarde", sendo também veiculado, a título de maior divulgação, nas edições dos dias 28/29/30, 31 de maio de 2004 e 01 de junho de 2004 do jornal "Gazeta Mercantil", de acordo com a Instrução CVM nº 207/94. Publicado, ainda, para atender à Instrução CVM nº 358/2002, "Fato Relevante" no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e nos jornais "A Tarde" e "Gazeta Mercantil" nas edições do dia 28 de maio de 2004. **4 - PRESENCAS:** Acionistas representando mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do capital votante da Companhia; o Sr. Manoel Mota Fonseca, representante do Conselho Fiscal da Companhia, o qual emitiu parecer favorável à aprovação da matéria objeto da presente Assembléia Geral, para atender ao disposto nos Arts. 163, inciso III, e 164 "caput" da Lei nº 6.404/76; o Sr. Pedro Teixeira e a Sra. Ana Patrícia Soares Nogueira, representantes da administração da Companhia. **5 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Anna Cecília de Magalhães Coutinho Dutra da Silva e Secretária: Ana Patrícia Soares Nogueira, escolhidos na forma prevista no art. 17 do Estatuto Social. **6 - ORDEM DO DIA:** (I) autorizar a emissão de debêntures não conversíveis em ações com garantia real parcial (as "Debêntures") pela Companhia (a "Emissão"), nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei 6.404/76 e demais disposições legais pertinentes; (II) delegar ao Conselho de Administração da Companhia competência para alterar, se necessário, as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; (III) permitir o eventual aumento do valor da Emissão até o montante de 20% nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/2003, autorizando a administração a adotar todas as providências para esse fim nos termos dos documentos da emissão; (IV) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências no sentido de promover o registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais órgãos competentes, bem como para lavrar a escritura de emissão, celebrar o contrato de penhor, assinar toda e qualquer documentação correlata à Emissão, contratar agência(s) de rating, instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das Debêntures, bem como contratar agente fiduciário, banco centralizador e banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários; e (V) confirmar e ratificar todos os atos relativos à Emissão, que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembléia Geral. **7 - DELIBERAÇÕES:** Os acionistas autorizaram a lavratura desta ata de Assembléia em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus §§ da Lei nº 6.404/76. As matérias da Ordem do Dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas, por maioria de voto dos presentes, ressalvada a abstenção da acionista Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS em relação a todos os itens da pauta, as seguintes deliberações: (I) autorizar a emissão das Debêntures para distribuição pública, consistindo na 12ª emissão de debêntures realizada pela Companhia, cuja minuta de escritura é desde logo integralmente aprovada por todos os presentes, rubricada pelos membros da mesa e arquivada na sede da Companhia



("Escritura de Emissão"), possuindo as seguintes características: **1. Valor total da emissão.** O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), podendo, a critério da Companhia e observado o disposto no item 3 abaixo ser de até R\$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão; **2. Valor nominal.** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"). **3. Quantidade.** Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, a quantidade de debêntures a ser distribuída poderá, a critério da Companhia e sem a necessidade de novo pedido à CVM, ser aumentada até um montante que não exceda 600 (seiscentas) Debêntures ("Debêntures Adicionais"). **4. Séries.** A Emissão será realizada em série única; **5. Forma.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; **6. Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações; **7. Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real parcial, na forma disposto no artigo 58 da Lei n.º 6.404/76; **8. Limite de emissão.** A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista que (i) o capital social da Companhia nesta data é de R\$2.192.018.293,84 (dois bilhões, cento e noventa e dois milhões, dezoito mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos); e (ii) a emissão das Debêntures, somada às debêntures da décima emissão da Companhia ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$301.600.000,00 (trezentos e um milhões e seiscentos mil reais), e às debêntures da décima primeira emissão da Companhia ainda não canceladas ou resgatadas, no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), totaliza R\$1.801.600.000,00 (um bilhão, oitocentos e um milhões, seiscentos mil reais); **9. Garantia real - penhor de direitos creditórios.** Em garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas pela Companhia na Escritura de Emissão e no "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Penhor"), o qual, para todos os fins, é considerado parte integrante da Escritura de Emissão, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que os debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão do Penhor (conforme definido abaixo) ("Obrigações"), a Companhia, pelo Contrato de Penhor e na melhor forma de direito, constituirá, em favor dos debenturistas, de forma indivisível e no mesmo grau de preferência, nos termos dos artigos 1.451 e seguintes do Código Civil, penhor sobre ("Penhor"): (i) 100% (cem por cento) dos Direitos Creditórios de Longo Prazo (conforme definido abaixo) descritos e caracterizados no Anexo I ao Contrato de Penhor ("Direitos Creditórios Empenhados"); e (ii) os créditos contra o Banco Itaú S.A. ("Banco Centralizador") pelos recursos recebidos por conta da Companhia mantidos em depósito na conta corrente de titularidade da Companhia n.º 33860-3, aberta e mantida pela Companhia exclusivamente para esse fim na agência n.º 2001 do Banco Centralizador ("Conta Centralizadora"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Créditos Bancários Empenhados"). Até a liquidação integral das Obrigações, o valor dos Créditos Empenhados (conforme definido abaixo) deverá sempre ser equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures emitidas e não resgatadas ou canceladas, assim entendido o Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) ou a data do último pagamento da Remuneração até a data da apuração, e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), apurado de acordo com o previsto no Contrato de Penhor ("Limite Mínimo"). Observado o disposto no Contrato de Penhor, a fim de atender ao Limite Mínimo, a Companhia deverá constituir Penhor sobre os Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) e as Quotas (conforme definida no Contrato de Penhor) a seguir indicados (os quais, uma vez incluídos no Penhor, serão denominados, em conjunto com os Direitos Creditórios Empenhados, para os fins do Contrato de Penhor, "Créditos Empenhados"): (i) 100% (cem por cento) dos créditos que vierem a ser incluídos no Penhor nos termos do Contrato de Penhor, de titularidade da Companhia contra Clientes (conforme definido no Contrato de Penhor), decorrentes da



comercialização de produtos petroquímicos, combustíveis e/ou utilidades, produzidos e fornecidos no desempenho regular de suas atividades ("Produtos"), com base em (a) contratos de fornecimento de Produtos de prazo igual ou superior a 1 (um) ano celebrados entre a Companhia e seus Clientes ("Contratos de Fornecimento"), incluindo os respectivos Contratos de Fornecimento e os documentos e títulos representativos de tais créditos ("Direitos Creditórios de Longo Prazo"); e/ou (b) vendas mercantis de Produtos efetivamente entregues pela Companhia e aceitos pelos respectivos Clientes, incluindo os respectivos documentos e títulos representativos de tais créditos ("Direitos Creditórios de Curto Prazo") e, em conjunto com os Direitos Creditórios de Longo Prazo, ("Direitos Creditórios"), sendo os Direitos Creditórios que vierem a ser incluídos no Penhor considerados também Direitos Creditórios Empenhados; e (ii) as quotas de fundos de investimento financeiro ou de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento definidos no Contrato de Penhor. **10. Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de garantia firme e, no caso da eventual colocação das Debêntures Adicionais, em regime de melhores esforços. **11. Negociação.** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Sistema Bovespa Fix e no SND. **12. Data de emissão.** A data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2004 ("Data de Emissão"). **13. Prazo e data de vencimento.** As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2009 ("Data de Vencimento"). **14. Prazo de subscrição.** Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures. **15. Preço de subscrição.** As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição"). **16. Forma de subscrição e de integralização.** A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP. O pagamento do Preço de Subscrição deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional. **17. Pagamento do Valor Nominal.** O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento. **18. Remuneração.** Sobre o saldo do Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes a 117% (cento e dezessete por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração"). **18.1. Periodicidade de pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2004 e o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento. **18.2.** Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI exceder o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto abaixo para a definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures. **18.3.** No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de extinção ou de impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, o Agente Fiduciário convocará, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data em que foi verificada a ausência de apuração e/ou divulgação, a extinção ou a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, assembleia geral de debenturistas, para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, observada a regulamentação



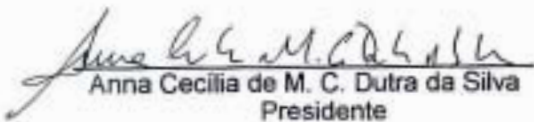
aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até que esse novo parâmetro seja estabelecido de comum acordo com a Companhia na assembleia geral de debenturistas mencionada neste item, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, observado o percentual da Taxa DI aplicável, conforme definido na Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas. Caso não haja, entre a Companhia e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), acordo sobre o novo parâmetro de remuneração, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da respectiva assembleia geral de debenturistas, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. **19. Repactuação.** Não haverá repactuação. **20. Resgate antecipado facultativo.** A partir de 1º de junho de 2007, e com aviso prévio de 15 (quinze) dias da data do evento, a Companhia poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante o pagamento, observada a fórmula prevista na Escritura de Emissão, (i) do Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; (ii) capitalizado, pelos dias úteis a decorrer até a Data de Vencimento, por 117% (cento e dezessete por cento) da taxa pré-fixada equivalente ao mercado futuro de juros da Bolsa de Mercadorias e Futuros, expressa na forma unitária por dia útil, cujo vencimento seja o mais próximo à Data de Vencimento ("Taxa BM&F"); e (iii) descontado por 100% (cem por cento) da Taxa BM&F pelos dias úteis entre a Data de Vencimento e a data do seu efetivo pagamento. O resgate parcial será realizado mediante sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. **21. Aquisição facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a qualquer tempo, por opção da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia, para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. **22. Encargos moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). **23. Eventos de vencimento antecipado.** A Escritura de Emissão conterá, ainda, eventos de vencimento antecipado das Debêntures e das demais obrigações da Companhia objeto da Escritura de Emissão e procedimentos relativos a tais eventos. **24. Obrigações adicionais da Companhia.** Adicionalmente, a Companhia ficará obrigada ao cumprimento de obrigações típicas em operações dessa natureza, previstas na Escritura de Emissão; (II) delegar ao Conselho de Administração da Companhia os poderes para (i) deliberar sobre ou alterar, se necessário, as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, bem como (ii) deliberar sobre o cancelamento das Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria; (III) autorizar a administração da Companhia a decidir pelo exercício da opção de aumento do valor da Emissão em até 20% (vinte por cento) e adotar todas as providências para permitir o eventual aumento do valor da Emissão até o montante de 20% nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/2003 e nos termos



dos documentos da emissão; **(IV) autorizar** a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários com o objetivo de promover o registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais órgãos competentes, bem como praticar os demais atos necessários ou convenientes à Emissão ora aprovada que não sejam de competência do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, tais como (a) negociar os demais termos e condições da Emissão; (b) lavrar e celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor, e os demais contratos ou documentos relacionados à Emissão; (c) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das Debêntures, inclusive celebrando o Contrato de Coordenação; (d) contratar a agência de classificação de risco (*rating*) Fitch, bem como o agente fiduciário, o banco mandatário, a instituição escrituradora das Debêntures e o Banco Centralizador, fixando-lhes os respectivos honorários, podendo, enfim, celebrar os respectivos contratos, ajustando cláusulas, termos e condições; e **(V) ratificar** os atos praticados pela Diretoria até a presente data relativos aos procedimentos preparatórios à Emissão das Debêntures e seu registro junto aos órgãos competentes. **8. - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, vai assinada por todos os Acionistas presentes, que constituíram o quorum necessário para a validade das deliberações objeto desta Assembleia Geral, tendo sido, por decisão dos mesmos, autorizada a extração das certidões necessárias pelo Secretário da Assembleia.

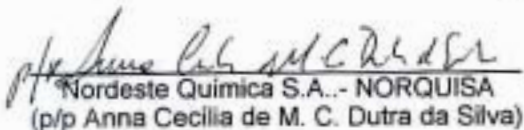
Camaçari/BA, 15 de junho de 2004.

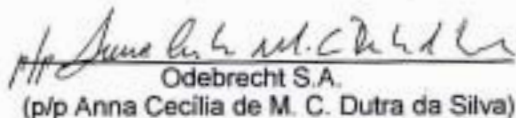
MESA:

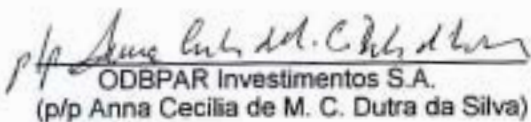
  
Anna Cecilia de M. C. Dutra da Silva  
Presidente

  
Ana Patricia Soares Nogueira  
Secretária

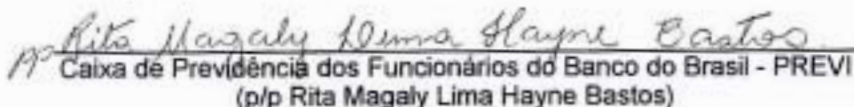
ACIONISTAS:

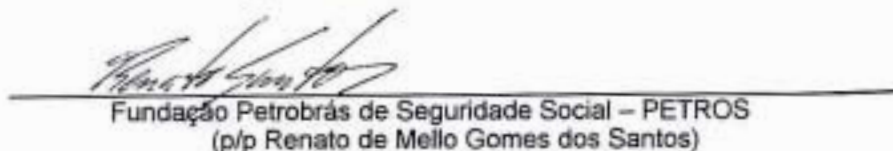
  
Nordeste Química S.A. - NORQUISA  
(p/p Anna Cecilia de M. C. Dutra da Silva)

  
Odebrecht S.A.  
(p/p Anna Cecilia de M. C. Dutra da Silva)

  
ODBPAR Investimentos S.A.  
(p/p Anna Cecilia de M. C. Dutra da Silva)

  
Petrobrás Química S.A. - PETROQUISA  
(p/p Roberto Mello)

  
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI  
(p/p Rita Magaly Lima Hayne Bastos)

  
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS  
(p/p Renato de Mello Gomes dos Santos)